STJ00105332

Ricardo Negrão

CURSO DE DIREITO COMERCIAL E DE EMPRESA

Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos

3

12ª edição
2ª tiragem
2018

saraiva jur

STJ00105332

ISBN 978-85-472-1480-7 obra completa
ISBN 978-85-472-2405-9 volume 3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Negrão, Ricardo

Curso de direito comercial e de empresa, v. 3 : recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos / Ricardo Negrão. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

Título anterior: Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas e falência (até a 10. ed.).

1. Direito comercial 2. Direito empresarial I. Título.

17-1470 CDU 347.7
-34:338.93

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial	347.7
2. Direito societário	34:338.93

Data de fechamento da edição: 1º-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604603 CAE 623564

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi
Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação Fabricando Ideias Design Gráfico
Revisão Ana Maria Cortazzo da Silva

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva
Capa Roney Camelo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

1122130

STJ00105332

ÍNDICE

Abreviaturas 7
Ao Leitor 29

LIVRO I
TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução 35
   1.1. Origem etimológica da palavra "falência" 35
   1.2. História 36
      1.2.1. Primórdios 36
      1.2.2. Fases do Direito Falimentar – as Ordenações 38
      1.2.3. Fase imperial 41
      1.2.4. Fase republicana 43
      1.2.5. Fase pré-empresarial 45
      1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93 45
      1.2.7. Tendências do direito internacional 48
      1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 51
2. Características e destinação legal 55
   2.1. Destinação legal 55
   2.2. Conceito de empresário 56
      2.2.1. Evolução do conceito de empresário 57
         2.2.1.1. Quadro-resumo 59
      2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade empresarial 59
   2.3. Casos de não incidência 64
      2.3.1. Casos de não incidência absoluta 64
      2.3.2. Casos de não incidência relativa 66

2.4. Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa 69
2.5. Quadro-resumo 74

PARTE II – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3. Procedimento de verificação de crédito 77
3.1. Momento para a verificação de créditos 77
3.2. Processamento das declarações tempestivas de crédito 79
3.2.1. Do pedido 82
3.2.2. Requisitos da petição inicial 83
3.2.3. Do processamento do pedido 87
3.2.4. Impugnações aos pedidos 88
3.2.5. Julgamento dos pedidos e das impugnações 89
3.2.6. Impugnação de crédito trabalhista 91
3.2.7. Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado 93
3.3. Procedimento das habilitações retardatárias 94
3.4. Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários 97
3.5. Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito 98
4. O administrador judicial 101
4.1. Funções do administrador judicial e sua natureza 101
4.2. Classificação dos atos do administrador judicial 104
4.3. A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial 108
4.4. Impedimentos e incompatibilidades 112
4.5. Substituição e destituição do administrador judicial 113
4.6. A remuneração do administrador judicial 115
4.7. Responsabilidade do administrador judicial 118
4.8. Prestação de contas 119
5. Comitê e assembleia geral de credores 120
5.1. Conceitos 120
5.2. Origens do Comitê de Credores 120
5.3. Constituição do Comitê de Credores 124
5.4. Composição do Comitê de Credores 125

5.5. Regime jurídico do Comitê de Credores 127
5.6. Origens da assembleia geral de credores 131
5.7. Atribuições da assembleia geral de credores 132
5.8. Regime jurídico da assembleia geral de credores 133
5.9. O exercício do voto na assembleia geral de credores 137
5.10. Efeitos das deliberações 142

LIVRO II
DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6. Disposições comuns às formas de recuperação 147
6.1. Crise econômico-financeira 147
6.2. Formas de recuperação 149
6.3. Princípios norteadores 150
6.4. Requisitos 151
6.4.1. Requisitos comuns e especiais 151
6.4.2. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial 152
6.4.3. Impedimentos 154
6.5. Legitimidade ativa 157
6.5.1. A questão do sócio remanescente 157
6.5.2. A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público 158
6.6. Distinções entre os instrumentos legais 160
6.6.1. Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial 160
6.6.2. Distinção quanto ao universo de credores 162
6.6.3. Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores 164
6.6.4. Distinção quanto ao procedimento 165
6.6.5. Distinção quanto às restrições à administração da empresa 165
6.6.6. Distinção quanto aos meios de recuperação 166
7. Meios de recuperação 169
7.1. Classificação 169
7.2. Meios dilatórios, remissórios ou mistos 170
7.3. Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa 171

7.4. Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa ... 177
7.5. Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa ... 184
7.6. Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa ... 186
8. Recuperação judicial ... 187
8.1. Fases do procedimento ... 187
8.2. Fase do pedido e de processamento ... 188
8.2.1. Apresentação do pedido ... 188
8.2.1.1. Documentação contábil ... 189
8.2.1.2. Certidões e documentos que constam do Registro Público ... 191
8.2.1.3. Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil ... 192
8.2.2. Decisão de processamento ... 194
8.3. Fase do plano de recuperação ... 197
8.3.1. Limitações ao plano ... 198
8.3.2. Publicação do aviso ... 199
8.4. Fase de concessão e cumprimento ... 199
8.4.1. Objeção dos credores ... 200
8.4.2. Convocação da assembleia geral ... 200
8.4.3. Deliberação sobre o plano apresentado ... 201
8.4.4. Constituição do Comitê de Credores ... 203
8.4.5. Apresentação de certidões ... 205
8.4.6. Decisão de concessão ... 208
8.4.7. Efeitos da decisão de concessão ... 209
8.4.8. Situações não atingidas pela sentença concessiva ... 214
8.4.9. Recurso ... 215
8.4.10. Período de cumprimento ... 216
8.5. Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário ... 218
8.6. Recuperação judicial especial ... 219
9. Convolação de recuperação em falência ... 222
9.1. Causas que acarretam a convolação de recuperação em falência ... 222
9.2. A não apresentação do plano (art. 73, II) ... 223

9.3. A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III) ... 223
9.4. Deliberação da assembleia geral (art. 73, I) ... 224
9.5. Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV) ... 225
9.6. Efeitos da convolação ... 225
10. Recuperação extrajudicial ... 228
10.1. Conceito e noções ... 228
10.2. Pedido de recuperação extrajudicial ... 229
10.3. Documentação necessária ... 230
10.4. Procedimento da recuperação extrajudicial ... 230
10.5. Efeitos da sentença homologatória ... 231
10.6. Recurso e outras formas privadas de acordo ... 232

LIVRO III
DA FALÊNCIA

PARTE I – SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11. Caracterização e pressupostos do estado falimentar ... 237
11.1. Introdução e conceito inicial ... 237
11.2. O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar ... 239
11.3. Sistemas de caracterização do estado falimentar ... 239
11.3.1. A impontualidade e os atos de falência ... 240
11.3.2. Outros critérios ... 240
11.4. Pressupostos do estado falimentar ... 241
12. A legitimidade ativa ... 243
12.1. O credor legitimado a requerer a falência ... 243
12.2. Natureza do crédito e do credor ... 243
12.3. Credor empresário ... 243
12.4. Credor sem domicílio no Brasil ... 244
12.5. Credor com garantia real ... 244
12.6. Credor privilegiado fiscal ... 244
12.7. Credor privilegiado trabalhista ... 247
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário ... 248
12.9. Credor debenturista ... 250
12.10. Litisconsorte ativo ... 251
13. O sistema da impontualidade ... 253
13.1. A obrigação líquida e o título executivo ... 253

13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil.... 253
13.2.1. Aluguel 254
13.2.2. Cheque pré-datado 255
13.2.3. Contrato de caução – fiança bancária..... 255
13.2.4. Contrato de caução – fiança bancária, necessidade de título 255
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos bancários 256
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços 256
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético..... 257
13.2.8. O crédito bancário rotativo..... 258
13.2.9. O contrato de câmbio 259
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis 260
13.4. O protesto..... 262
13.5. Do pedido com base no art. 94, I – documentos que devem acompanhá-lo..... 264
13.6. Da citação 266
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo 268
13.7.1. Depósito elisivo..... 269
13.7.2. Audiência de conciliação 269
13.7.3. Oposição e citação de sócios..... 270
13.8. O rito do art. 94, I 271
14. O sistema da impontualidade: a matéria de defesa..... 272
14.1. Defesas..... 272
14.2. Falsidade do título da obrigação 274
14.3. Prescrição..... 275
14.4. Nulidade de obrigação ou de título 278
14.4.1. Erro e ignorância..... 279
14.4.2. Dolo..... 280
14.4.3. Coação..... 281
14.4.4. Estado de perigo e lesão..... 282
14.4.5. Simulação..... 282
14.4.6. Fraude..... 284
14.4.7. Resumo gráfico 285
14.5. Pagamento da dívida 287
14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência 287

14.7. Vício em protesto ou seu instrumento 288
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação 288
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa 289
15. O sistema dos atos de falência 290
15.1. Prática de atos de falência 290
15.2. Execução frustrada 291
15.3. Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento 293
15.4. Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo 294
15.5. Trespasse de estabelecimento 296
15.5.1. Noção de estabelecimento empresarial 296
15.5.2. O conceito de Oscar Barreto Filho 298
15.5.3. Definição jurídica 298
15.5.4. Natureza jurídica 298
15.5.5. Elementos do estabelecimento empresarial 300
15.5.6. Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial 301
15.6. Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores 302
15.7. Ausência ou abandono de estabelecimento 302
15.8. Documentos que devem acompanhar o pedido 303
15.9. Do rito 304
15.10. O rito do art. 94, II 306
15.11. O rito do art. 94, III 306
16. O sistema da autofalência 307
16.1. A confissão da falência pelo devedor 307
16.2. Procedimento do art. 105 308
16.3. Natureza do pedido de autofalência 308
16.4. Natureza da dívida 308
16.5. Processamento do pedido 309
16.6. Legitimidade para o pedido 310
16.6.1. A representação do empresário individual ou da sociedade contratual 310
16.6.2. As sociedades por ações 311
16.6.3. O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o herdeiro 312

STJ00105332

16.6.4. As instituições financeiras 312
16.7. Oposição e citação de sócios 313
16.8. Desistência do pedido 313
16.9. O rito do art. 105 – autofalência 314

PARTE II – DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O juízo falimentar 317
17.1. Fixação da competência judicial 317
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo 319
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo 320
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimentar 321
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré 322
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência 323
17.2.5. Ações trabalhistas 324
17.2.6. Execuções fiscais 325
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa 326
17.2.8. Ações relativas a imóveis 327
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior 327
17.3. Resumo da matéria 329
18. A sentença falimentar 331
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra 331
18.2. Requisitos da sentença de falência 331
18.2.1. O relatório da sentença falimentar 332
18.2.2. A motivação da sentença 334
18.2.3. O dispositivo da sentença 334
18.2.3.1. Termo legal da falência 335
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial .. 338
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito .. 342
18.2.4. Outras determinações na sentença 342
18.3. Recursos contra a sentença falimentar 346
18.4. Efeitos da sentença denegatória 347

18.5. Indenização por dano material 347
18.6. Indenização por dano moral 349
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores 351
19.1. Principais efeitos 351
19.2. Suspensão do curso da prescrição 352
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores 353
19.4. Vencimento antecipado das dívidas 357
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais 358
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira 360
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado 361
19.5. Formação da massa de credores 362
19.5.1. Credores não concorrentes à falência 363
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito ... 367
19.6. Suspensão do direito de retenção 368
19.7. Suspensão da fluência de juros 369
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários 370
19.8.1. Credor de obrigação solidária 370
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas 371
19.8.3. Direito de regresso 371
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação solidária por outra 375
19.8.5. Direitos de codevedores solventes 375
19.9. Direitos dos credores na condução da falência 376
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes 378
20.1. Obrigações impostas ao falido 378
20.2. Obrigações consistentes em entrega 379
20.2.1. Primeiro momento 379
20.2.2. Segundo momento 382
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao falido 383
20.3.1. A declaração do art. 104, I 384
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamento da falência 386
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca 387

20.5. Extensão das obrigações 388
20.6. Remuneração do falido 390
20.7. Restrições de direitos 390
20.8. Direitos atribuídos ao falido 391
21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida ... 393
21.1. Hipóteses de desapossamento 393
21.2. Natureza jurídica do desapossamento 394
21.3. Extensão do desapossamento 395
21.4. Exceções à regra 397
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução 397
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis. 400
21.4.3. Os vestuários e pertences 400
21.4.4. Os vencimentos, os subsídios e as remunerações diversas 400
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão 401
21.4.6. O seguro de vida 403
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas 403
21.4.8. A pequena propriedade rural 404
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas 404
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança... 404
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004 405
21.5. Tipos societários 406
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada 408
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios 408
22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contratos 411
22.1. Conceitos 412
22.2. Contratos bilaterais 412
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral 413
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes 413

22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes 414
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral 414
22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos 415
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência 416
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência – o cumprimento pelo administrador judicial 416
22.3.1. A regra especial na falência 416
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Comitê 417
22.3.3. A interpelação do administrador judicial 417
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial 419
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência 420
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato 420
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência 421
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada 421
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas 422
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido 423
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada . 423
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio 426
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária.... 426
22.7.2. Contrato de *leasing* ou arrendamento mercantil . 431
22.7.3. Contrato de *leasing* ou arrendamento de aeronave ou de suas partes 433
22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio 433
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo 434
22.9. Falência e contratos imobiliários 435
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso 435
22.9.2. Contratos de locação comercial 438
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária 438
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar 438
22.10.1. Contrato de conta corrente 439
22.10.2. Compensação de dívidas 440
22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional 444

22.10.4. Mandato mercantil 444
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido 445
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação 447
22.10.7. Condomínio indivisível 447
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar..... 447
22.11.1. Contrato de trabalho 448
22.11.2. Contrato de franquia 449
22.12. Resumo gráfico 449

PARTE III – DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administração falimentar 455
23.1. A fase de administração falimentar 455
23.2. Etapas do processo principal 459
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar 459
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial 461
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores 466
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores 467
23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial 469
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório 470
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens 471
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores... 472
23.2.9. Encerramento da falência 474
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido 475
24. Arrecadação e avaliação dos bens 477
24.1. A arrecadação de bens – conceitos 477
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens 478
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória 479
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público 480
24.5. O inventário de livros e bens 481
24.6. A arrecadação de bens imóveis 483
24.7. A arrecadação de bens incorpóreos 483
24.8. Bens não arrecadáveis 485
24.9. Bens penhorados ou de outra forma apreendidos 485

24.10. Venda antecipada 486
24.11. Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo 487
24.12. Avaliação em separado 487
25. A ação de restituição e os embargos de terceiro 489
25.1. O objeto do pedido de restituição 489
25.2. A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real 491
25.2.1. A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor 491
25.2.2. A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade 492
25.2.3. A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa 493
25.3. A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo 493
25.3.1. Compra com cheque pós-datado 494
25.4. A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio 494
25.5. A ação de restituição por contribuição previdenciária descontada e não recolhida 495
25.6. Procedimento 496
25.7. Intervenção do Ministério Público 500
25.8. Liquidação da sentença 500
25.9. Honorários advocatícios, juros e atualização monetária... 501
25.10. Os embargos de terceiro 501
26. As ações revocatórias 503
26.1. Noções 503
26.2. Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar 505
26.3. Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar 506
26.3.1. Atos praticados dentro do termo legal 506
26.3.2. Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência 510
26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal 511
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência 512
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130 514
26.5. Efeitos das ações revocatórias 515

26.6. Securitização de recebíveis 519
26.7. Processamento da ação revocatória 521
26.8. Medidas cautelares e recursos 523
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução 523
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76 524
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais 526
26.12. Atos fundados em decisão judicial 527
27. Procedimento liquidatório 529
27.1. A etapa de liquidação 529
27.2. A ordem de alienação 532
27.2.1. Sucessão do arrematante 532
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor 533
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes 534
27.3. Modalidades de alienações públicas 535
27.4. Impugnações 536
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda 536
27.6. A ordem de preferência dos credores 537
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado 539
27.8. Créditos prioritários decorrentes de restituição 543
27.9. Créditos extraconcursais 544
27.10. Créditos concursais ou concorrentes 548
27.10.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho 549
27.10.2. Créditos com direito real de garantia 550
27.10.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias 551
27.10.4. Créditos com privilégio especial sobre determinados bens 552
27.10.5. Créditos com privilégio geral 555
27.10.6. Créditos quirografários 557
27.10.7. Créditos subquirografários 557
27.10.8. Créditos subordinados 558
27.11. O pagamento aos credores 559

27.12. Pagamento de juros 564
27.13. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios ... 564
27.14. Resumo gráfico 564
27.15. O pagamento entre massas solidárias 566
27.16. A prestação de contas e o relatório final do administrador judicial 568
27.17. A sentença de encerramento 569

PARTE IV – DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal 573
28.1. Extinção das obrigações 573
28.2. Extinção pelo pagamento 573
28.3. Extinção em decorrência da prescrição 574
28.4. Extinção pelo rateio 577
28.5. Procedimento de extinção 577
28.6. Reabilitação do condenado por crime falimentar 578

LIVRO IV
DISPOSIÇÕES PENAIS

29. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais 583
29.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar 583
29.2. A abolição do inquérito judicial 587
29.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva 587
29.2.2. O princípio da unicidade 588
29.3. A multiplicidade de vias investigatórias 591
29.3.1. Atos investigatórios 592
29.3.2. O laudo contábil 594
29.3.3. A intervenção dos credores concorrentes 595
29.3.4. A apuração dos fatos 596
29.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia 599
29.4. Da prescrição 599
29.5. Competência 600
29.6. Processo-crime 601
29.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo 603
29.8. Crimes relacionados à escrituração contábil 613

29.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens 614
29.10. Outros crimes 618

LIVRO V
PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

30. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária 623
30.1. Noções e conceitos 623
30.2. Conceito de instituição financeira 624
30.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquidação 626
30.4. Intervenção extrajudicial 626
30.4.1. Efeitos da intervenção 627
30.4.2. Procedimento administrativo 628
30.4.3. Declaração dos ex-administradores 629
30.4.4. Resumo do procedimento 631
30.5. Regime de administração especial temporária 632
30.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET 632
30.5.2. Procedimento 633
30.5.3. Relatório do conselho diretor 633
30.5.4. Resumo do procedimento 635
30.6. Liquidação extrajudicial 636
30.6.1. Efeitos do decreto de liquidação 636
30.6.2. A figura do liquidante 640
30.6.3. Procedimento 640
30.6.4. Modalidades de liquidação 642
30.6.5. Resumo do procedimento 643
30.7. Cessação dos regimes 644
30.8. Outros regimes especiais 646
31. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade 647
31.1. Do inquérito administrativo 647
31.2. Ações de arresto e ordinária 648
31.3. Indisponibilidade de bens 649
31.3.1. Indisponibilidade ordinária 649
31.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente 650

31.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle 650
31.3.4. Cessação da indisponibilidade 652
31.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto 652
31.4. Do conceito de administrador 653
31.5. Da responsabilidade dos administradores – teorias 654
31.5.1. Da responsabilidade objetiva 654
31.5.2. Posição intermediária 657
31.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida 658

Bibliografia 659

Índice onomástico 675

Índice da legislação mencionada 681

Índice alfabético-remissivo 691